



A Assembleia de Minas e os Fóruns Regionais de Governo



**ASSEMBLEIA
DE MINAS**
Poder e Voz do Cidadão



MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Deputado Adalclever Lopes
Presidente

Deputado Hely Tarquínio
1º-vice-presidente

Deputado Lafayette de Andrada
2º-vice-presidente

Deputado Bráulio Braz
3º-vice-presidente

Deputado Ulysses Gomes
1º-secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr.
2º-secretário

Deputado Doutor Wilson Batista
3º-secretário

Secretaria

Cristiano Felix dos Santos Silva
Diretor-geral

Carlos Eduardo Ribeiro de Navarro
Secretário-geral da Mesa

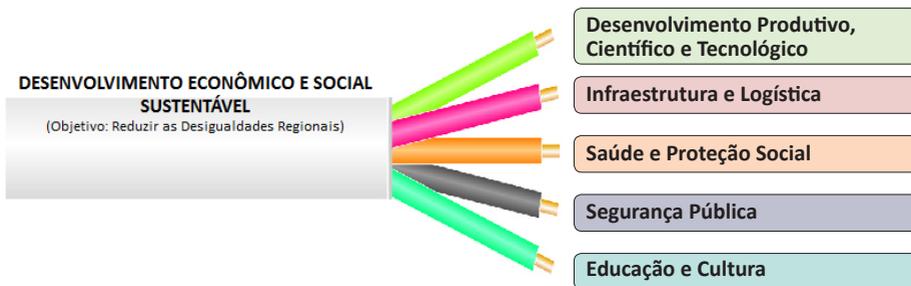
Como funcionam os Fóruns Regionais de Governo?

Serão realizadas duas fases de encontros em cada um dos 17 Territórios de Desenvolvimento. Na primeira, serão apresentados os objetivos dos fóruns e a metodologia dos encontros. Os participantes receberão um formulário no qual poderão indicar as principais necessidades ou os principais problemas de sua região. Além dos participantes dos encontros da primeira fase, o formulário estará disponível no portal **www.forunsregionais.mg.gov.br**, para que quaisquer cidadãos possam participar dessa consulta. Os encontros da primeira fase já tiveram início, mas os da segunda fase começam dia 11 de julho (veja adiante o cronograma dos encontros). É na segunda fase que os formulários serão entregues e os participantes desse segundo encontro, divididos em grupos de trabalho temáticos, de acordo com os cinco eixos que organizarão o PMDI, priorizarão os problemas ou necessidades por território. O formulário também poderá ser enviado para o e-mail **participa@planejamento.mg.gov.br**. As prioridades registradas nos formulários serão discutidas e eleitas nos encontros da segunda fase. Portanto, é importante ficar atento ao cronograma de cada região para a apresentação das contribuições. Essas priorizações subsidiarão a elaboração do diagnóstico territorial, que fornecerá diretrizes para o PMDI e para o PPAG, bem como para a construção dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Integrado. Também na segunda fase serão indicados os representantes que irão compor o Comitê de Planejamento Territorial (Complete) e, desses, os que farão parte do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Cedes).

CONFIRA O CRONOGRAMA ATUALIZADO DOS ENCONTROS REGIONAIS

Eixos e áreas para o planejamento das políticas públicas

Para efeito do planejamento estadual, foram definidos eixos e áreas, os quais organizarão a atuação do Estado de Minas Gerais na definição de suas ações e projetos para o desenvolvimento e o enfrentamento das desigualdades regionais. São cinco eixos: Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Infraestrutura e Logística; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; e Educação e Cultura.



O papel da Assembleia nos Fóruns Regionais de Governo e no planejamento das políticas públicas de Minas

As funções constitucionais da Assembleia se constituem na tríade “representação, fiscalização e legislação”. Dada a diversidade da **representação** no Legislativo mineiro, os deputados são fundamentais na mobilização de públicos variados e representativos, que podem contribuir para que a complexa realidade do Estado se expresse na elaboração das peças de planejamento e orçamento. O Parlamento mineiro, por meio de seus deputados e suas deputadas, tem um papel importante na vocalização da diversidade de segmentos e interesses da sociedade mineira e na representação do conjunto do Estado, com uma visão sistêmica e integrada de todos os territórios.

Em outra vertente de atuação, os parlamentares podem atuar na **fiscalização** do processo participativo, colhendo subsídios e conhecimento estratégico para o processo legislativo e para a avaliação de políticas públicas. Ou seja, acompanhando de perto os Fóruns Regionais de Governo, os deputados poderão contribuir com subsídios de suas bases ao processo e também compreender, de forma sistêmica, os problemas regionais e as demandas em disputa nos diferentes territórios. Esse conhecimento pode vir a ser estratégico tanto na tramitação dos projetos de lei de planejamento e orçamento na ALMG quanto na atuação dos parlamentares e das comissões ao longo dos próximos anos.

Além disso, o Poder Legislativo estadual pode ampliar a participação popular por meio de audiências públicas e consultas virtuais e aprimorar os projetos de lei de planejamento e orçamento, incorporando novas demandas e assegurando que os problemas identificados em cada região sejam enfrentados. No exercício da **função legislativa**, ou seja, quando da tramitação desses projetos

de lei – que devem ser entregues à Casa até o dia 30 de setembro, no caso do PPAG e da Lei Orçamentária Anual (LOA) –, os parlamentares analisam e aprimoram a proposta do Poder Executivo. Na oportunidade, poderão avaliar se o enfrentamento dos problemas que ajudaram a identificar e a priorizar nas regiões está refletido no planejamento e no orçamento, além de incorporar novas demandas.

Comissões Temáticas da Assembleia de Minas e os Fóruns Regionais

O Parlamento mineiro, a partir de suas comissões temáticas, terá participação ativa em todo esse processo de construção das políticas públicas de Minas, de forma a garantir que as prioridades definidas nos fóruns sejam incorporadas ao planejamento do Estado e ao Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) que tramitará na Casa no segundo semestre.

SÃO OS SEGUINTE OS EIXOS TEMÁTICOS, AS ÁREAS AFINS DO PLANEJAMENTO DO GOVERNO DE MINAS E SUA INTERFACE COM AS COMISSÕES TEMÁTICAS DA ASSEMBLEIA:

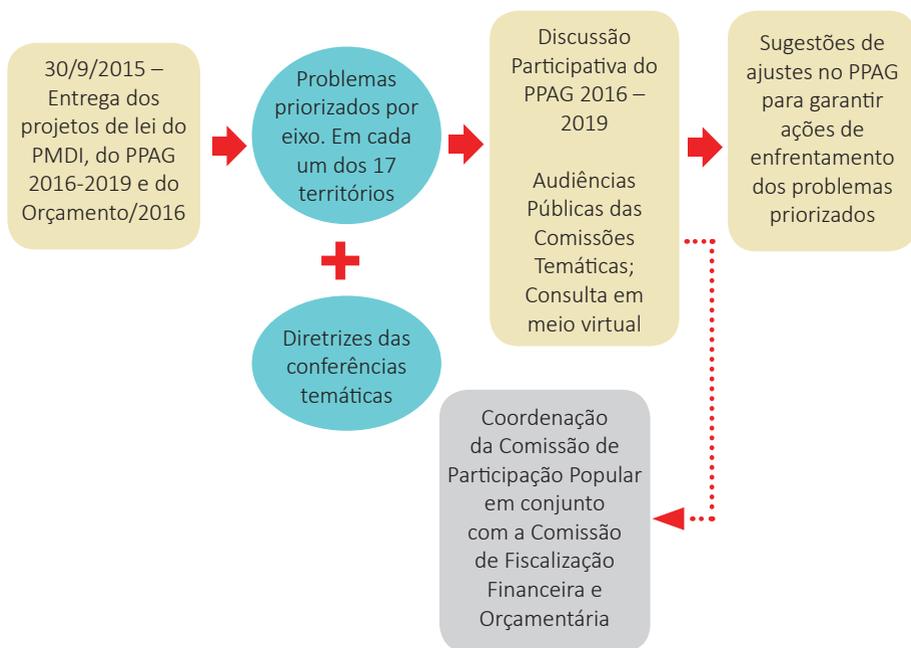
EIXOS	ÁREAS AFINS	COMISSÕES TEMÁTICAS ALMG
Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	Indústria – Comércio – Agricultura – Pecuária – Abastecimento – Meio Ambiente – Turismo – Inovação – Recursos Hídricos	Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; Política Agropecuária e Agroindustrial; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Educação, Ciência e Tecnologia; Defesa do Consumidor e do Contribuinte; Extraordinária de Proteção dos Animais.
Infraestrutura e Logística	Obras – Transportes – Tecnologia de Informação e Comunicação – Cidades e Regiões Metropolitanas – Energia – Saneamento	Transporte, Comunicação e Obras Públicas; Assuntos Municipais e Regionalização; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Minas e Energia.

EIXOS	ÁREAS AFINS	COMISSÕES TEMÁTICAS ALMG
Saúde e Proteção Social	Direitos Humanos – Cidadania – Assistência Social – Saúde – Juventude – Esportes	Direitos Humanos; Trabalho, Previdência e Ação Social; Saúde; Esporte, Lazer e Juventude; Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Prevenção e Combate ao Uso do Crack e Outras Drogas; Extraordinária das Mulheres.
Segurança Pública	Defesa Social – Polícia Militar – Polícia Civil	Segurança Pública; Prevenção e Combate ao Uso do Crack e Outras Drogas.
Educação e Cultura	Educação – Cultura	Educação, Ciência e Tecnologia; Cultura.

Os fóruns regionais e a tramitação do Projeto de Lei do PPAG na Assembleia

A realização dos Fóruns Regionais de Governo coloca um novo cenário para a apreciação legislativa do PPAG na Assembleia. A discussão participativa feita no âmbito dos encontros regionais dos fóruns de governo oferece subsídios importantes para a avaliação e o acompanhamento das políticas públicas estaduais. Nesse sentido, a Assembleia de Minas, ao receber o projeto de lei do PPAG/2016-2019, momento em que promove uma discussão participativa do plano, poderá fiscalizar se houve a incorporação de ações para o enfrentamento dos problemas apresentados pelos cidadãos nos encontros regionais dos fóruns de governo, bem como incorporar demandas levantadas pelos próprios deputados e deputadas e pelas comissões temáticas, ou, ainda, incorporar ao plano diretrizes das conferências de políticas públicas em vigor no Estado. Com isso, a Assembleia, durante a tramitação do projeto de lei que contém o PPAG, contará com diversas fontes de informação e subsídios para sugerir alterações que garantam ações de enfrentamento dos problemas levantados.

O TRABALHO DA ASSEMBLEIA NO PPAG E OS FÓRUNS REGIONAIS:



Por meio do acompanhamento dos fóruns de governo pelos parlamentares, seja individualmente, seja em atividades das comissões da ALMG, a Assembleia Legislativa poderá exercer suas funções constitucionais: representar os cidadãos, fiscalizar as ações do Estado e legislar a respeito das políticas públicas estaduais. É de suma importância, portanto, que a atuação institucional seja amparada por informações precisas e consistentes sobre o processo de planejamento participativo em curso, sobre a situação de cada um dos 17 Territórios de Desenvolvimento e sobre as possibilidades de intervenção.

Com a participação efetiva nos Fóruns Regionais de Governo, a Assembleia de Minas amplia a escuta aos cidadãos mineiros, representando-os e contribuindo ativamente para que as políticas públicas estaduais estejam em consonância com a diversidade das demandas e desafios postos ao Estado de Minas Gerais para os próximos anos.

